



III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

04 a 07 de novembro de 2015

BELÉM – PARÁ – BRASIL

ISSN xxx-xx-xxxxx-xx-x

A MATEMÁTICA NO ENSINO PRIMÁRIO NO PARÁ: normas e regulamentos na transição império república - 1890

Benedito Fialho Machado¹
Iran Abreu Mendes²

RESUMO

O presente artigo objetiva descrever e comentar as regulamentações e legislações dos programas oficiais para o ensino de Matemática do primário dos grupos escolares do estado do Pará a partir de um documento, fonte primária principal: *Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará, 1890*. Para isto executamos nossa pesquisa na *Fundação Cultural do Estado do Pará na Seção de Obras Raras da biblioteca Arthur Vianna* – procurando responder às seguintes questões: *O que prescreviam esses programas de ensino quanto ao ensino de matemática? Quais as concepções pedagógicas subjacentes ao processo de ensino de Matemática nas escolas primárias do estado do Pará?* Fundamentamos teoricamente nossa pesquisa nas concepções utilizadas na interpretação do pensamento de investigação embasada pela história cultural nas formulações de Roger Chartier (2002), Dominique Julia (2001), Paul Veyne (1992), Peter Burke (2005), Michel de Certeau (1982), dentre outros. Também, exploramos os conceitos de André Chervel (1990). Constatamos que os conteúdos ensinados são aritmética e cálculo, suas primeiras noções; problemas, frações, sistema métrico decimal; proporções, regra de três e de juros; geometria prática; quadrado e raiz quadrada; cubo e raiz cúbica; além de noções práticas de escrituração mercantil e rudimentos práticos de trigonometria e agrimensura. No tocante às concepções pedagógicas testificamos que as mesmas se baseavam nos pensamentos de Gréard (1886) com base no método de Calkins (1886), obedecendo-se uma distribuição sistemática, lógica, com emprego dos métodos ativos ou intuitivos. Concluimos assim, que no Pará este período sofreu fortes influências da educação francesa, pois boa parte dos ideários da cultura escolar francesa da época foram incorporados na cultura e ensino paraense em relação às ideias e concepções pedagógicas propugnadas na França, no final do século XIX.

Palavras-chave: Matemática. Aritmética, Ensino Primário. Programa. Método.

¹ Doutorando da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Belém. E-mail: dito_net@ig.com.br

² Docente da Universidade Federal do Rio grande do Norte – UFRN, Campus Natal. E-mail: iamendes1@gmail.com

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NO PARÁ NO INÍCIO DA REPÚBLICA

O presente artigo objetiva descrever e comentar as regulamentações e legislações dos programas oficiais para o ensino de Matemática do primário dos grupos escolares do estado do Pará a partir da leitura de um documento, o qual foi tomado como fonte primária principal: *Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará, 1890*. Ademais, utilizamos outras obras que poderão nos auxiliar na compreensão dos eventos que permeiam o referido cenário.

Nossa proposta de investigação insere-se como um subprojeto do projeto temático de uma pesquisa de âmbito internacional coordenada pelo GHEMAT³ que visa identificar fontes que possam ser usadas na construção da história dessas trajetórias do ensino de Matemática em diversos estados do Brasil.

Para isto executamos nossa pesquisa na *Fundação Cultural do Estado do Pará* na *Seção de Obras Raras da biblioteca Arthur Vianna* – acreditando que a pesquisa histórica sobre o ensino de Matemática contribuiu para a compreensão do contexto geral das práticas pedagógicas no Estado do Pará com a intenção principal de a partir da localização destes documentos oficiais responder às seguintes questões: *O que prescreviam esses programas de ensino quanto ao ensino de Matemática? Quais as concepções pedagógicas subjacentes ao processo de ensino de Matemática nas escolas primárias do estado do Pará?*

Já conseguimos localizar uma vasta documentação neste sentido, porém, em caso bem específico pretendemos analisar somente o documento já citado anteriormente, isto é, do ano de 1890 - por se considerar que sua data está bem no cerne das mudanças do Estado imperial para o republicano, ou seja, em 1889 – período este que pôs fim a 49 anos do governo absolutista imperial; também, período anterior a promulgação da primeira Constituição da República que só ocorreu em 1891. Esta “primeira carta constitucional da República preocupou-se mais com questões de ordem formal – como estabelecer competências – do que com questões propriamente educacionais.” (VERONESE e VIEIRA, 2003, p. 101) e a União ficou responsável apenas pela Educação no Distrito Federal (então, o Rio de Janeiro). Além do mais, no que diz respeito a educação, o

³ Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil foi criado em 2000. O Grupo, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, tem como líderes os professores Neuza Bertoni Pinto (PUC-PR) e Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP - Campus Guarulhos).

documento analisado data de 04 de julho de 1890, portanto, é predecessor à Reforma Benjamin Constant, que só foi instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890.

Fundamentamos teoricamente nossa pesquisa nas concepções utilizadas na interpretação do pensamento de investigação embasada pela história cultural que se manifesta de forma mais retocada nas formulações de autores como Roger Chartier (2002), Dominique Julia (2001), Paul Veyne (1992), Peter Burke (2005), Michel de Certeau (1982), dentre outros. Também, exploraremos os conceitos de André Chervel (1990) que muito tem sido usado por pesquisadores que abordam como tema o conhecimento da cultura escolar.

O cenário vivido em nosso estado é que logo após a instituição da proclamação da República ocorrida em 15 de novembro de 1889 uma junta provisória fica incumbida de responder pelo governo do Pará em decorrência da deposição do presidente da província, Antônio José Ferreira Braga. Em 17 de dezembro do mesmo ano, a junta foi desfeita pelo então chefe do governo provisório da República marechal Deodoro da Fonseca, que imediatamente nomeou Justo Chermont como governador do Estado, cargo em que ficou até 7 de fevereiro de 1891, quando foi substituído por Gentil Bittencourt.

No ano seguinte a sua nomeação, 1890, Justo Chermont decreta o *Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará* – decreto este que originou ainda no mesmo ano, em 04 de julho, o documento *fonte*, alvo principal do presente artigo - *Ensino primário: regulamento escolar, programmas, horários e instruções*, do mesmo ano, concebido e delineado por José Veríssimo, que naquele momento era diretor da instrução pública (cargo hoje equivalente a Secretário de Educação).

No entanto, no início deste período, o advento do novo regime não trouxe significativas alterações para a instrução pública; apenas após certo amadurecimento é que isto viria a ocorrer. (...). Inclusive, a nova educação passaria a seguir princípios positivistas em lugar da teologia. (SILVA, 2011, p. 17)

Igualmente, o governo da república não fez muito caso a respeito da educação primária e secundária, deixando essa responsabilidade nas mãos das províncias que em sua maioria não detinham recursos suficientes bem como interesses em incrementá-la.

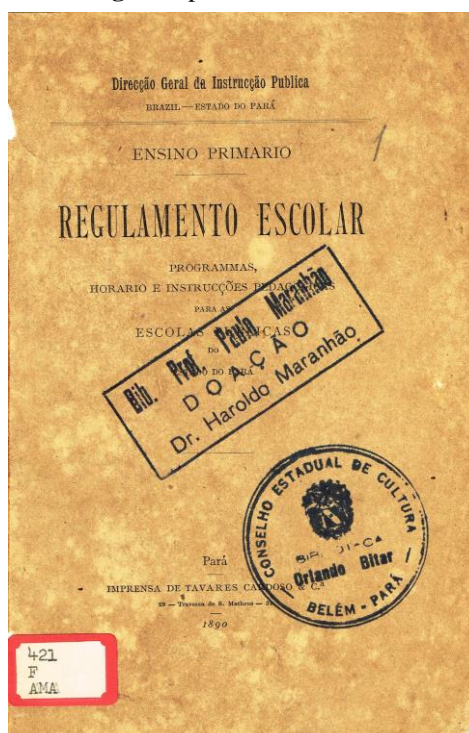
Nesta perspectiva, este artigo está delineado de modo que possa expressar uma percepção global do documento analisado. Para tal fim, organizamos nossa análise

obedecendo a mesma sequência de estruturação de subtítulos apresentada no documento *fonte* para que haja o entendimento do seu conjunto, destacando os pontos que julgamos importantes de cada subtítulo, como cenário político, concepções pedagógicas e principalmente os conteúdos matemáticos estabelecidos para o ensino primário no estado do Pará, naquele período. Salientamos que as citações citadas neste artigos – extraídas do documento fonte – estão de acordo com a grafia da época.

ASPECTOS GERAIS DO DOCUMENTO FONTE

O documento *Ensino primario: regulamento escolar, programmas, horários e instrucções* (Fig. 1) – está organizado da seguinte forma: na sua primeira parte aparece o despacho do então governador da Província, Justo Chermont, que declara aprovado os atos do diretor geral da instrução pública, no caso o documento citado anteriormente. Na página seguinte, é o diretor geral da Instrução Pública José Veríssimo que dá seu despacho com base na autorização do governador da província, determinando que “as escolas públicas d’este estado se rejam pelo seguinte Regulamento escolar, e programmas, horários e instrucções e direcções a ele anexos.” (PARÁ, 1890, p. 3).

Fig 1. Capa do documento



FONTE: Fundação Cultural do Estado do Pará na Seção de Obras Raras da biblioteca Arthur Vianna

Como já mencionamos anteriormente, a partir deste ponto obedeceremos a mesma sequência de estruturação de subtítulos apresentada no documento *fonte*.

REGULAMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO PARÁ

Esta seção do documento é formada por 47 artigos, em sua maioria com orientações gerais e determinações referentes ao horário, procedimentos didáticos e comportamentos dos professores; comportamento dos alunos; funcionamento das escolas, como local, mobília, etc. Nos chama atenção o Artigo 15º que preconiza que “Nenhum livro ou brochura, impresso ou manuscrito, estranho ao ensino, poderá ser introduzido na escola sem a autorização escripta do Director Geral.” (PARÁ, 1890, p. 6). Esta ressalva talvez tenha sido enunciada porque na época, não existiam livros didáticos como os conhecemos hoje, ou seja, os *manuais* ou *compêndios* como eram chamados, para serem usados nas escolas pelo professor, eram preparados pelo próprio professor ou adotados pela direção de instrução pública.

PROGRAMAS E INSTRUÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DO PARÁ

Este seguimento do documento está organizado em duas partes principais, escolas elementares, dividida em três anos (primeiro, segundo e terceiro); e escola popular, dividida em três categorias (curso elementar, curso médio e curso superior).

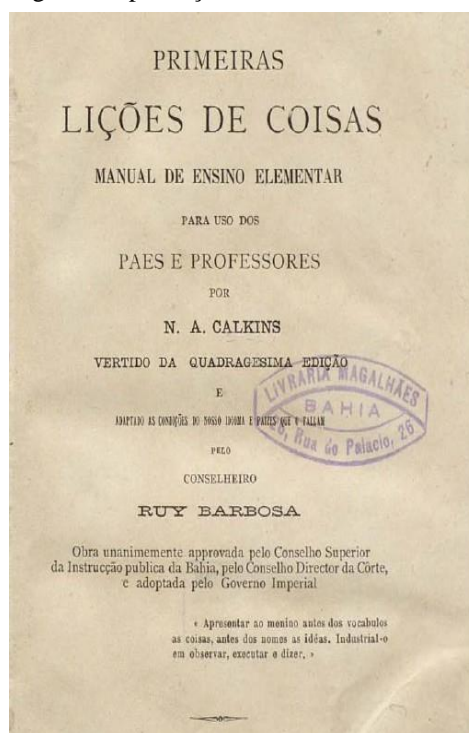
a) – Escolas Elementares: Para as escolas elementares no primeiro ano destacamos o primeiro ponto do programa: “I – Ensino concreto das fórmulas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos, medidas, seu uso e aplicação segundo o methodo das Lições de Coisas de Calkins (Fig. 2), tradução de Ruy Barbosa.” (PARÁ, 1890, p. 14).

A obra é de autoria de Norman Allison Calkins, sob o título original de *Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children. A manual of elementary instruction for parents and teachers* (Lições práticas primárias para treinar os sentidos e desenvolver as faculdades de crianças. Um manual de instrução elementar para pais e professores), o livro foi publicado inicialmente nos estados Unidos em 1861, recebendo no Brasil o título *Primeiras lições de coisas: Manual de ensino elementar para*

uso dos pais e professores, e publicado em 1886, a partir de uma tradução de Rui Barbosa. O método de Calkins enfatiza uma sistemática ordem de atuação para estruturar toda ação na vida da escola, pois, segundo Calkins (1886), na aplicabilidade de seu método, a aprendizagem deve-se iniciar no concreto e prosseguir para se chegar ao abstrato, ou seja, começar do simples para depois ir ao complexo. Aprender inicialmente a universalidade, depois seus fragmentos.

Percebemos assim que há neste sentido muita coisa de matemática e que os preceitos educacionais daquela época eram “utilitaristas, concebendo que o conhecimento apreendido na escola tem que ser aplicado no seu cotidiano” (COELHO, MORAES e COSTA, 2007, p. 5), o que é determinado pela orientação da utilização do método das Lições de Coisas para os três anos (primeiro segundo e terceiro).

Fig. 2 – Capa: Lições de Coisas de Calkins



FONTE: Portal do Senado - Biblioteca do Senado – Obras Raras – Livros Raros

No **primeiro ano** das escolas elementares, as determinações de conteúdos estritamente matemáticos, segundo a seção *Programas e instruções pedagógicas para o ensino primário no estado do Pará*, são:

IV - Arithmetica e cálculo – Primeira noções de calculo pelo methodo de Calkins. – Contagem de 1 a 100. Contar de cousas e objetos da escola ou outros, do número de alunos, etc. – Primeiros exercicios de addição e subtracção, feitas segundo o mesmo methodo, e concretamente com os objectos escolares, com botões carços e outros. Representação graphiica dos números. – Primeiros exercicios de numeração escripta. Reprodução por algarismos dos pequenos cálculos feitos oralmente. – Escripção dos números até dezenas de milhar. – Multiplicação de um e dous algarismos no multiplicador. – Problemas faceis e repetidos concretamente formulados sobre factos da vida comum ao alcance das crianças. (PARÁ, 1890, p. 15 – 16)

Para o **segundo ano** na mesma seção, a discriminação para os conteúdos matemáticos são as seguintes:

IV – Arithmetica. – Revisão das três primeiras operações. – Problemas concretamente formulados sobre cada uma d'ellas. – Divisão por um e dous algarismos. Problemas. – Fracções decimaes e ordinárias. – Problemas repetidos e concretamente formulados sobre ellas. (PARÁ, 1890, p. 16).

No **terceiro ano** desta seção, fica estipulado o que segue:

IV – Arithmetica. – Exposição prática do systema métrico decimal. – Exercicios práticos sobre cada uma das medidas do systema. – Operações e cálculos do mesmo. – Problemas da vida pratica sobre o mesmo systema. – Conversões das antigas medidas ainda em uso nas modernas e vice versa. – Proporções, regra de três e de juros. – Noções praticas sobre o mecanismo d'estes diferentes cálculos. – Exercicios repetidos sobre cada um d'elles. – Problemas concretamente formulados. (PARÁ, 1890, p. 17).

b) – Escola popular: Esta dividida em Curso Elementar, Curso Médio e Curso Superior. Vejamos o que tem de matemática nos programas para estes cursos.

Primeiramente, no **curso elementar**, o ponto I, sugere as mesmas orientações sobre utilização das Lições Coisas, identicamente às das escolas elementares nos seus três anos. Para o ensino de Matemática o documento estipula o seguinte:

IV – Calculo. – Primeiras noções de calculo pelo methodo Calkins. – Contagem de 1 a 100. – Contagem dos objetos da escola ou outros, do numero de alunos, de riscos feitos no quadro preto, etc. – Primeiros exercicios de addição e subtracção feitos segundo o mesmo methodo e concretamente com os objetos escolares, com botões, carços ou outros. – Representação gráfica dos números. – Primeiros exercicios de numeração escripta. – Calculo mental. – Adições primeiro de unidades a unidades,

depois de unidade a dezenas. – A mesma marcha para a subtracção. Reprodução por algarismos dos pequenos cálculos feitos mentalmente. – Escripção dos números até dezenas de milhar. – Multiplicação de um e dois algarismos no multiplicador. – Problemas fáceis e repetidos concretamente formulados sobre factos da vida comum ao alcance das crianças. – Divisão até dous algarismos no divisor. – Calculos e problemas fáceis e sobre factos de ordem comum. (PARÁ, 1890, p. 19).

No **curso médio** da *escola popular* as Lições de Coisas aparecem ligadas ao ensino dos reinos da natureza, e as orientações para ensino de Matemática preconizam o que segue:

IV – Arithmetica. – Revisão do programma do segundo anno do curso elementar. – Calculo mental sobre as operações fundamentaes de números inteiros. – Idéa geral das fracções. Fracções ordinárias e fracções decimaes. Applicação das quatro operações a umas e outras. – Systema métrico decimal. – As principaes unidades do systema, seus múltiplos e submúltiplos. – Problemas e exercícos práticos. – Exercicios de calculo mental applicado a todas estas operações. – Razões e proporções. Regra de três. – Regra de juros simples. – Soluções inteiramente praticas de problemas sobre estas teorias e regras. (PARÁ, 1890, p. 20).

Ainda no curso médio aparece pela primeira vez o estudo da geometria além da aritmética que é comum nos demais anos ou curso tanto das *escolas elementares* como da *escola popular*. “V – Geometria pratica. – As linhas. – Os polygonos. – Construcções no quadro preto. – Medição das áreas dos polygonos. – Exemplos práticos. – Medição da sala da escola, do quintal, etc.” (PARA, 1890, p. 20).

No **curso superior**, as Lições de Coisas estão ligadas aos produtos dos reinos da natureza, especialmente, aos alimentos. Em relação ao ensino de matemática temos:

III – Arithmetica. – Revisão do curso médio. – Problemas e cálculos repetidos sobre as matérias dadas. – Quadrado e raiz quadrada. – Cubo e raiz cubica. – Exercicios. – Noções praticas de escripturação mercantil. – Partidas simples e partidas dobradas. – Livro Caixa. – Livro Razão. – Livro Diario. – Deve e Haver. – Exercicios práticos sobre o livro Caixa. – Lançamento e suas formulas praticas. – Contas correntes. – Exercicios e problemas de calculo comercial. IV – Geometria pratica. – Estudo dos sólidos, divisão, nomenclatura e conhecimento dos sólidos. – Cubagem. – Medição pratica das áreas e capacidades. – rudimentos práticos de trigonometria e agrimensura. (PARÁ, 1890, p. 22 – 23).

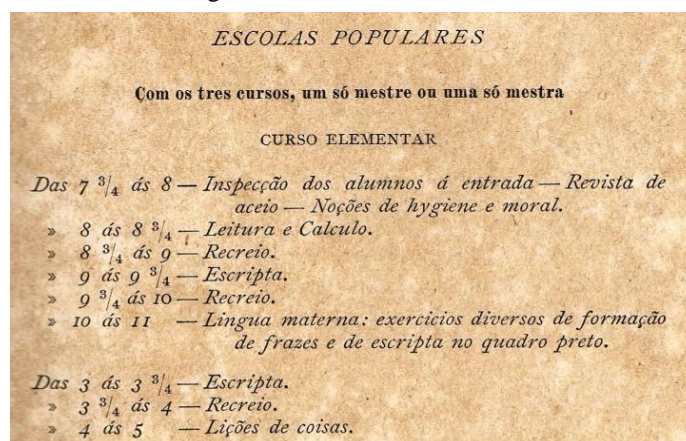
HORÁRIOS E INSTRUÇÕES

Nas *escolas elementares* as aulas tinham a duração de quatro horas, começava às 8h e 15min e terminava às 11:00h, sendo dividida em quatro tempos de 45 minutos, cada. Destacamos em **negrito** os assuntos relacionados à matemática. Os primeiros 45 minutos da aula eram destinados ao ensino da escrita e **cálculo**; No segundo, mais 45 minutos para língua materna. Após intervalo de 15 minutos, reiniciava com o terceiro tempo de aula, com mais 45 minutos destinados à **geometria prática e noções sobre medições das áreas e capacidades**, sendo este tempo dividido com geografia. O último período da aula, ou seja, os 45 minutos finais, era destinado à “Lições de Coisas: **ensino concreto das formas, cores, números, dimensões, tempo**, sons, qualidades dos objetos, **medidas, seu uso e aplicação**. – (2 vezes por semana.), **cálculo** – (3 vezes por semana).” (PARÁ, 1890, p. 26) (grifo nosso).

Para as *escolas populares*, que funcionavam em três cursos e um só professor, ficaram assim estipulados os tempos de aula:

a) – Curso elementar: A aula começa mais cedo, sendo dividida em dois turnos, manhã - das 07 e 15 às 11 horas; tarde, das 15 às 17 horas. Vejamos a seguir, a distribuição do horário no período da manhã, descrito no fragmento do documento, representado na figura 3:

Fig. 3 – Horário curso elementar



FONTE: Fundação Cultural do Estado do Pará na Seção de Obras Raras da biblioteca Arthur Vianna

Observamos assim que no curso elementar, no que diz respeito a Matemática, temos somente **cálculo** no segundo período da manhã e **lições de coisas** no último período da tarde.

b) – **Cursos médio e superior:** Também era dividido em dois turnos, manhã e tarde, representados na figura 4.

Fig. 4 – Horário cursos médio e superior

CURSO MÉDIO E SUPERIOR	
<i>Das 7 $\frac{1}{2}$ ás 8*</i>	<i>Inspeção dos alumnos á entrada — Revista de acção — Noções de hygiene e moral.</i>
» 8 ás 8 $\frac{3}{4}$ *	<i>Escrepta.</i>
» 8 $\frac{3}{4}$ ás 9	<i>Recreio.</i>
» 9 ás 9 $\frac{3}{4}$ *	<i>Arithmetica e calculo.</i>
» 9 $\frac{3}{4}$ ás 10	<i>Recreio.</i>
» 10 ás 11	<i>Historia e Geographia.</i>
<i>Das 3 ás 3 $\frac{3}{4}$*</i>	<i>Lingua materna.</i>
» 3 $\frac{3}{4}$ ás 4	<i>Recreio.</i>
» 4 ás 5*	<i>Lições de coisas — Educação cívica — Estudo theorico da moral — Preceitos de civilidade.</i>

FONTE: Fundação Cultural do Estado do Pará na Seção de Obras Raras da biblioteca Arthur Vianna

Podemos observar que referente ao ensino de Matemática temos aula de **aritmética e cálculo** no período da manhã com a duração de 45 minutos, porém, estas aulas eram fixas em todos os dias da semana (segunda à sábado), bem como todas que aparecem marcadas com asteriscos na figura cima, o que representa 4 horas e 30 minutos de aula por semana destes conteúdos.

Além do mais, a última seção de aula das terças e sextas (1 hora de aula, ou seja, duas horas semanais) ficavam reservadas para as lições de **geometria prática** (PARÁ, 1890, p. 28). É possível observarmos que tal coisa não aparece na figura anterior.

INSTRUÇÕES PEDAGÓGICAS

Esta seção começa com uma apresentação do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, José Veríssimo, que justifica e menciona claramente de onde se inspirou para escrever o documento, fonte objeto desse artigo:

... eu não podia melhor fazer do que transladar para uso do professorado primário do Pará as *instruções e direcções pedagógicas*, com fim idêntico redigidas em França, por um dos mestres mais eminentes da pedagogia contemporânea, o sr. Gréard. (PARÁ, 1890, p. 31) (grifo nosso).

O Sr. Gréard, a quem se refere José veríssimo, é Otave Gréard (1828-1904), considerado um dos mais importantes artífices da sistematização pedagógica do ensino primário. Suas principais concepções sobre educação podem ser encontradas em algumas publicações como: *Éducation et instruction de 1887*; *L'Enseignement primaire à Paris et dans le département de la Seine - de 1867 – 1877*; *L'Enseignement de filles - de 1882 e L'Éducation des femmes – de 1887* (LELIÈVRE e DOMINIQUE, 1994). Sua estratégia fundamental na no processo educacional é a aprendizagem integral, ou seja, uma educação com características de instrução mais ampla sobre múltiplas aprendizagens do indivíduo que aprende (GRÉARD, 1887).

A sua proposta pedagógica, inicialmente formulada em 1868 para as escolas de Sena, se universalizou em 1882 quando prescreveu que os níveis de graduação a serem implementados no ensino primário deveriam ser materializados por meio de três cursos (elementar, médio e superior), exatamente como a parece na proposta de José Veríssimo para as escolas populares do Pará, com destaque para três princípios fundamentais da concepção pedagógica de Gréard: a) princípios indispensáveis para a classificação dos alunos; b) propostas de estudos para cada curso; c) orientações referentes ao uso do tempo – exatamente como são mencionados por Campagne (1886) e por Giolitto (1983). Precisamente foram nessas orientações que José Veríssimo se baseou para elaborar seu documento, cujas descrições apresentamos nas seções a seguir, referentes às instruções pedagógicas.

I – Organização dos cursos: O fundamental deste ponto diz respeito às medidas tomadas pelo regulamento: “organização de cursos graduados, divisão dos alunos segundo sua força, determinação dos programas de ensino, fixação do tempo escolar, e estabelecimento de certificados de estudos primários”. (PARÁ, 1890, p. 32), ou seja, rigorosamente como prediz Gréard (1886).

I – Classificação dos alunos: Neste ponto ressalta-se a obrigatoriedade do exame como norma de classificação para todos os alunos, sendo o referido exame sobre todas as matérias do curso que o aluno deve concluir.

III – O ensino: É baseado preferencialmente nos “methodos intuitivos, eurísticos, inventivos ou activos”. (PARÁ, 1890, p. 35). No que se refere ao ensino de matemática, “a

aritmética será principalmente ensinada pelo cálculo, fazendo logo sentir á criança qual a sua utilidade pratica e importância”. (PARÁ, 1890, p. 36). Também outras instruções são dadas, como, abolição da decoração da taboada que deve ser substituída pelos processos intuitivos e heurísticos, importância ao cálculo mental através de problemas concretos tomadas do cotidiano dos alunos (PARÁ, 1890). Além do mais, ensino prático, repetitivo e horário destinado para lições de coisas, que é concebida aqui como um método.

IV – OS PROGRAMAS: Devem ser obedecidos rigorosamente nos três cursos, de acordo como os professores aprenderam em sua formação na Escola Normal, passando do simples ao composto; do concreto ao abstrato; do exemplo à regra; enfatizar nas lições noções mais práticas, curtas e bem compreendidas; operações de aritmética simples e evidentes.

V – DO ESPÍRITO DO ENSINO PRIMÁRIO: O fundamento primordial deste ponto é acentuado na seguinte frase: “uma instrução incompleta melhor valera não possuir nenhum” (PARÁ, 1890, p. 43), ou seja, as instruções deste regulamento devem ser seguidas à risca obedecendo-se uma distribuição sistemática, lógica, com emprego dos métodos ativos ou intuitivos.

BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA

Neste seguimento do documento é apresentada uma sugestão de alguns livros de uso para o professor se fundamentar na concepção pedagógica deste regulamento. Considerando que já apresentamos comentários sobre este ponto na seção anterior, aqui teceremos outras considerações. Apenas ressaltamos que dentre estas obras aparecem Lições de Coisas (CALKINS, 1886) e Diccionario Universal de Educação e Ensino (CAMPAGNE, 1886).

ANEXOS

Como anexo a este regulamento são apresentados o *Decreto nº 167 de 23 de julho de 1890* – que marca as instruções do Conselho superior da Instrução Pública, assinado pelo governador Justo Chermont, que regulamenta e aprova este regimento; e o segundo

documento trata das Disposições sobre exames de suficiência para escolas elementares – assinado pelo Diretor Geral de Instrução Pública – José Veríssimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os seguintes questionamentos lançados no início deste artigo: *o que prescreviam esses programas de ensino quanto ao ensino de matemática? Quais as concepções pedagógicas subjacentes ao processo de ensino de Matemática nas escolas primárias do estado do Pará?*, podemos perceber que no Pará mesmo antes da reforma do ensino primário de Benjamin Constant através do Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890 já tínhamos esta preocupação como aparece demonstrado no Decreto de Justo Chermont, *Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará – 1890*, porém, com alguns meses antes do decreto de Benjamin Constant, e que deu origem ao documento principal de nossa análise: *Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará – 1890*.

No documento fonte, constatamos que o ensino de matemática no estado do Pará era prescrito por meio de regulamentação oficial em assuntos como: aritmética e cálculo, suas primeiras noções; exercícios de adição e subtração; multiplicação de um e dois algarismos no multiplicador; problemas de fáceis soluções; frações decimais e ordinárias; exposição prática do sistema métrico decimal; proporções, regra de três e de juros; no curso médio aparece geometria prática; no curso superior temos, quadrado e raiz quadrada; cubo e raiz cubica; além de noções práticas de escrituração mercantil e rudimentos práticos de trigonometria e agrimensura.

Ressaltamos, porém, que as noções práticas de escrituração mercantil se justifica nesse nível de ensino devido o Pará ter sido naquele período (últimas décadas do século XIX), o local onde foi criada e mantida uma importante escola de comércio do país devido a chegada de comerciantes sírios, libaneses, turcos, e judeus, que passaram a explorar a negociação das coletas de produtos naturais da região, com fins de exportação para a Europa. Igualmente, a vinda de agricultores e trabalhadores rurais vindos da região Nordeste para a Amazônia, no mesmo período, fez emergir a necessidade de se inserir

estudos sobre agrimensura em virtude das redistribuições das terras para plantio e colheita do leite da seringa (borracha) na região.

No tocante às concepções pedagógicas presentes no ensino de matemática, nossa segunda questão, testificamos que são baseadas nos pensamentos de Gréard (1886) com base no método de Calkins (1886), obedecendo-se uma distribuição sistemática, lógica, com emprego dos métodos ativos ou intuitivos. Desta forma percebemos que em sua organização escolar há uma forte influência da filosofia positivista.

Portanto, no Pará, nesta época, o ensino primário foi elaborado e organizado pedagogicamente de acordo com as propostas de escolas primárias concebidas na França, pois,

A necessidade de um embasamento científico para o desenvolvimento da educação faz com que os intelectuais brasileiros se apropriem das idéias de representantes da intelectualidade francesa para dar voz e força às idéias que consideram relevantes e significativas para serem implementadas. (BASTOS, 2000, p. 81)

Foi exatamente isto que fez José Veríssimo ao elaborar o presente documento em análise. Concluimos assim, que no Pará este período sofreu fortes influências da educação francesa, pois, incorporamos quase tudo em nossa cultura e ensino em relação às ideias e concepções pedagógicas daquele país, o que ocasionou o interesse na tradução de muitos livros de autores franceses, que foram absorvidos pela intelectualidade da região, bem como de outras partes do Brasil.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Ferdinand Buisson no Brasil – Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas.** In: História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (8): 79 – 109, set. 2000.

CALKINS, Norman. **Primeiras Lições de Coisas:** Manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CAMPAGNE, Émile Mathieu. **Dicionário Universal de Educação e Ensino.** Tradução: Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1886 – Vol. III.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel. 2002.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004

COELHO, Wilma de Nazaré Baía / MORAES, Felipe Tavares de / COSTA, Rafaela Paiva. Poder, política, material didático e modelo educacional excludente: final do séc. XIX e continuidade contemporânea. **IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais**. 8 a 11 de outubro de 2007. Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA.

GRÉARD, Octave. Mutuel (enseignement). In F. Buisson (Org). **Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire** (pp. 1998-2004), 1.ª parte, tomo segundo, Paris: Librairie Hachette, 1887.

GIOLITTO, Pierre. (1983). **Histoire de l'enseignement primaire au XIXe siècle. L'organisation pédagogique**. Paris: Fernand-Nathan, 1983.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, SP: SBHE, n. 1, p. 9-44, 2001.

LELIÈVRE, Claude. e DOMINIQUE, Christian. **Bâtisseurs d'école: histoire biographique de l'enseignement en France**. França: Nathan pédagogie, 1994 – Collection: Les repères pédagogiques : histoire de l'éducation.

PARÁ, **Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará**. Typographia da A província do Pará – Pará – 1890. In: Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria do Governo. Série: Portarias diversas. Códice: 1890.

PARÁ. Direção Geral da Instrução Pública. **Ensino Primário: regulamento escolar, programas, horário e instruções pedagógicas para as escola públicas do Estado do Pará**, 1890.

SILVA, Wanderlei Sérgio da. **Estrutura e funcionamento da educação básica / Wanderlei Sérgio da Silva; Maria Aparecida Ventura Fernandes**. - São Paulo: Editora Sol, 2011.

VERONESE, Josiane Rose Petry. VIEIRA, Cleverton Elias. **A educação básica na legislação brasileira**. In: Revista Sequência, n. 47, p. 99-125, dez. de 2003.

VEYNE, Paul Merie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992.